

Bresser veta negociação convencional

Ministro quer apoio do Congresso para manter a proposta do deságio

O Congresso Nacional tomará conhecimento, antecipadamente, na próxima segunda-feira, da proposta oficial que o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, encaminhará aos credores da dívida externa no dia 25 deste mês, em Nova Iorque. Ela descarta inteiramente a possibilidade de o Brasil acertar com os bancos particulares uma negociação convencional nos moldes acertados nos últimos anos. O objetivo principal é alcançar uma negociação a longo prazo, tranqüila e objetiva. Com o apoio do Congresso Bresser deverá insistir na proposta de deságio sobre parte da dívida apesar de a mesma ter sido rejeitada pelo governo americano.

Esse foi o acordo acertado, ontem, entre o ministro Bresser Pereira e os integrantes da comissão da dívida externa do Senado, depois de duas horas e meia de reunião. Bresser fez um longo relato aos senadores sobre o encontro que manteve na semana passada com o secretário de Estado norte-americano, James Baker, mas não obteve apoio quanto à sua proposta, de forma unânime entre os parlamentares dos diversos partidos integrantes da comissão. O apoio está condicionada à sua exposição a ser feita na segunda-feira a portas fechadas.

O Governo, segundo o senador Fernando Henrique Cardoso, não suspenderá a moratória, decretada em 20 de fevereiro, e muito menos atenderá a reivindicação dos banqueiros de fazer um pagamento dos juros, simbolicamente, suspenso durante este período, enquanto não ficar acertada uma negociação de longo prazo — “queremos uma solução forte e duradoura, não aceitaremos remendo”. Igualmente, garantiu o senador peemedebista, está descartada a possibilidade de um acordo com o Fundo Monetário Internacional antes de qualquer negociação.

Fernando Henrique Cardoso admitiu que o Governo poderá acertar uma política de controle dos gastos públicos, conforme exigiu o FMI no seu último relatório sobre a economia brasileira, quando aprovou-a apesar de fazer restrições ao excesso de gastos públicos, porém, descartou a possibilidade de que atenda tal exigência em prejuízo do crescimento econômico — “controlaremos os gastos, mas não abriremos mão do crescimento”, insistiu Fernando Henrique.

ASSESSORES

A negociação convencional, destacou Fernando Henrique, está afastada, porque não tem condições de dar daída a longo prazo. Esta, disse, também, o senador Virgílio Távora (PDS-CE) é a condição essencial para que o Congresso apóie a proposta que Bresser Pereira levará ao Congresso antes de viajar para os EUA.

Fernando Henrique minimizou as informações segundo as quais os dois principais assessores do presidente José Sarney, o embaixador Rubens Ricupero e o seu genro, Jorge Murad, insistirão para que o Governo faça uma negociação convencional. Os assessores, disse o senador peemedebista, existem para assessorar e não para decidir. O presidente José Sarney está, garantiu Henrique, plenamente de acordo com o encaminhamento de uma negociação anti-convencional, como a de se promover um deságio sobre o valor da dívida.

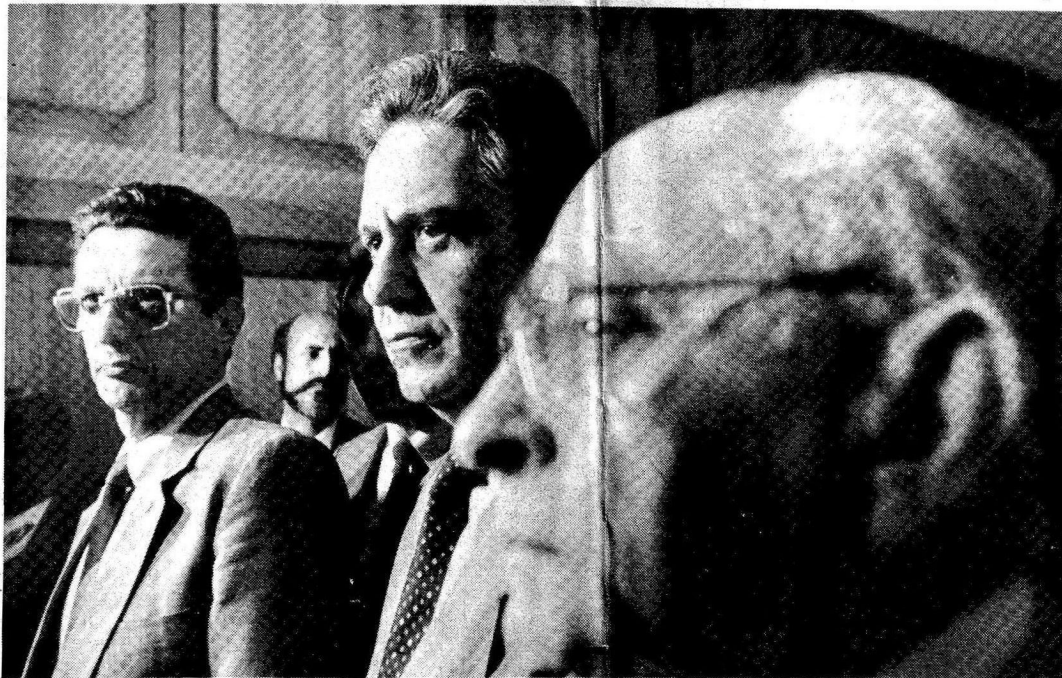
Os senadores elogiaram a decisão do ministro de dar conhecimento ao Congresso da proposta brasileira antes de dar início às negociações com os credores. Ele, disse o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), terá o apoio de todos os partidos, pois trata-se de assunto de interesse nacional. O mesmo disse o senador Virgílio Távora.

Bresser Pereira considerou “excelente” a reunião com os senadores. Disse que recebeu apoio deles. Os senadores, porém, disseram que o apoio está condicionado às propostas que tomarão conhecimento na próxima segunda-feira. Bresser insistiu que é fundamental o apoio de toda a sociedade na negociação — dos trabalhadores, empresários, políticos, banqueiros, classe média, etc. Destacou que a dívida brasileira continua aumentando e de nada adiantará a realização de uma negociação convencional. O importante é alcançar um acordo de longo prazo.

Para Bresser houve exagero da imprensa em relação ao seu encontro, com o secretário de Estado norte-americano, James Baker. Ela estava mal-informada. Lembrou que a nota oficial divulgada por Baker após a reunião de ambos foi dura e não refletiu o encontro que foi cordial. Por isso criou-se um mal-entendido. O Brasil, porém, garantiu, insistirá na proposta de tentar obter um acordo com os credores na base anti-convencional, de tentar conseguir o deságio sobre parte da dívida, apesar da resistência do governo norte-americano.

A proposta brasileira, disse Bresser, tinha um fato novo. Pela primeira vez um devedor colocou uma alternativa de longo prazo para os bancos credores. Estes, disse, acharam, num primeiro momento, que a proposta brasileira criaria uma situação na qual eles perderiam controle sobre a situação. O fato, entretanto, frisou, é que o Brasil, assim como a Argentina e as Filipinas não terá condições de pagar a dívida nos moldes convencionais. As taxas de juros, na negociação anticonvencional, insistiu, tem que ser fixas. Não se pode ficar na incerteza de uma negociação que se arrasta todo ano. Só será possível resolver o problema com uma negociação a longo prazo, tranqüila e objetiva.

F. GUALBERTO



Os senadores Chiarelli, Cardoso e Távora rediscutiram a dívida com Bresser